

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM LEVANTAMENTO SOBRE A PERSPECTIVA DOS PROFESSORES DA ZONA RURAL SOBRE OS DESAFIOS DA INCLUSÃO NOS ESPAÇOS ESCOLARES DO CAMPO NO MUNICÍPIO DE BOM JARDIM - MA

Tailson Chaves de Oliveira ¹

RESUMO

O presente estudo aborda a temática da educação inclusiva, tendo como recorte a atuação dos professores no contexto da zona rural no município de Bom Jardim – MA, especificamente da região sul deste município. Para isso, o objetivo desta pesquisa é identificar os principais desafios enfrentados por professores da zona rural, para a efetivação de uma educação inclusiva de qualidade nos espaços escolares do campo, tendo em vista que muitos destes ambientes estão em realidades atípicas, com dificuldade de acesso, professores com formação arcaica, escolas sem recursos básicos, dentre outras questões abordadas no decorrer do estudo. Para tanto, foi necessário compreender como a formação docente impacta no processo de inclusão escolar; refletir sobre as diferenças de oportunidades entre professores do campo e da cidade; e identificar as dificuldades na implementação de práticas inclusivas em ambientes escolares do campo. Realizou-se assim uma pesquisa exploratória descritiva, partindo de uma revisão bibliográfica acerca da temática, tendo como principais teóricos: Mantoan (2015); Oliveira (2023); Pletsch (2009); dentre outros. Tratando-se de um estudo de levantamento, foi utilizado um questionário estruturado encaminhado aos professores e os dados foram interpretados por abordagem quantitativa. Diante disso, verificou-se que nos espaços escolares do campo, muitos fatores dificultam o trabalho docente numa perspectiva inclusiva, por ser um ambiente pouco estimulador, com recursos limitados, muitos profissionais sem formação inicial adequada, famílias com conhecimento limitado acerca das dificuldades de seus filhos, além da dificuldade de acesso a novas tecnologias e recursos educacionais. Diante disso, que chegamos à conclusão de que a inclusão escolar ainda é um marco a se alcançar, e no que se refere os espaços escolares do campo os desafios para esta inclusão tendem a ser maiores, levando em consideração todo o contexto sociopolítico, econômico e cultural que interfere significativamente no desenvolvimento educacional da população do campo e no trabalho docente.

Palavras-chave: Inclusão escolar, Espaços escolares do campo, Professores, Formação docente.

INTRODUÇÃO

As discussões sobre inclusão nos últimos anos passaram a ser mais frequentes em diversos segmentos, no âmbito educacional não seria diferente, principalmente por compreender que a escola recebe um público diverso, e ela precisa se adequar as especificidades dele. E essa adequação envolve desde a infraestrutura da escola até a formação de professores, como é previsto em diversos dispositivos legais voltados a inclusão escolar.

¹ Graduado do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, tailsonchavesdeoliveira@gmail.com;



Diante disso, esse estudo surge da necessidade de um constante diálogo entre a inclusão escolar e a prática docente nos espaços escolares do campo, tendo como problema de pesquisa a seguinte questão: quais os principais desafios que os professores da região sul do município de Bom Jardim - MA encontram para uma efetiva inclusão escolar?

Essa perspectiva é importante por ser um campo pouco pesquisado, no qual a realidade da zona rural muitas vezes não é contemplada em pesquisas que abrangem as escolas da zona urbana. Se faz necessário esse olhar atento aos alunos e professores do campo que enfrentam diariamente desafios específicos da realidade rural.

A pesquisa tem como objetivo: identificar os principais desafios enfrentados por professores da zona rural para a efetivação de uma educação inclusiva de qualidade nos espaços escolares do campo. Mediante isso, partiu de um levantamento feito com os professores e posteriormente se fundamentou com uma revisão bibliográfica.

Conclui-se que a efetivação da inclusão escolar nos espaços do campo requer um olhar sensível e comprometido com as particularidades dessa realidade. Os desafios enfrentados pelos professores da zona rural vão além da prática pedagógica, envolvendo também questões estruturais, formativas e socioculturais. Assim, torna-se essencial fortalecer políticas públicas que garantam formação continuada, infraestrutura adequada e apoio pedagógico, de modo que a escola do campo possa cumprir seu papel social de promover uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos.

METODOLOGIA

A presente pesquisa é um levantamento que se debruça sobre a educação inclusiva, tendo como recorte a atuação dos professores no contexto do campo. A amostra do estudo é composta por professores que trabalham na zona rural da região sul do município de Bom Jardim - MA. Esse recorte se justifica pelo fato de os povoados dessa região estarem localizados a cerca de 215 km de distância da sede administrativa, e alguns chegarem a ultrapassar essa estimativa. Diante dessa situação, a região tende a ter menos assistência em diversos setores, e com a educação não seria diferente.

O objetivo do estudo é identificar os principais desafios enfrentados por professores da zona rural para a efetivação de uma educação inclusiva de qualidade nos espaços escolares do campo. Para isso, foi necessário compreender como a formação docente impacta o processo de inclusão escolar; refletir sobre as diferenças de



oportunidades entre professores do campo e da cidade; e identificar as dificuldades na implementação de práticas inclusivas em ambientes escolares rurais.

Diante disso, este estudo é de caráter exploratório-descritivo, pois ambos os tipos de pesquisa, como afirma Gil (2002), oportunizam uma maior proximidade com o problema de pesquisa, além de permitirem analisar as características de uma determinada população. O autor ainda confirma a pertinência da combinação desses tipos de pesquisa ao afirmar que são habitualmente realizadas por “pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática” (2002, p. 42).

O instrumento de coleta de dados foi um questionário estruturado, que consiste em um conjunto de questões que são respondidas por quem está sendo pesquisado, e é elaborado com base nos objetivos da pesquisa (Gil, 2002). O questionário foi enviado via WhatsApp por meio de um link, no qual os 15 professores responderam perguntas sobre sua atuação docente e a efetivação da educação inclusiva em suas escolas.

A análise dos dados foi realizada de forma estatística descritiva, como afirma Lakatos (2003, p. 108) “o método estatístico significa redução de fenômenos sociológicos, políticos, econômicos etc. a termos quantitativos”. Com isso, podemos evidenciar e apresentar os dados coletados sobre os principais desafios encontrados pelos professores e mesclar com outras pesquisas da área.

A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DOCENTE PARA A INCLUSÃO ESCOLAR

A formação docente sob a perspectiva inclusiva nem sempre foi abordada de forma consistente nos cursos de formação de professores. Muitos profissionais que já concluíram a graduação estão tendo contato com essa temática apenas agora e, por isso, sentem-se despreparados para lidar com demandas que, embora não sejam novas, conquistaram recentemente a visibilidade e a atenção que merecem.

É neste sentido que o presente estudo se debruça sobre a atuação dos professores no contexto da zona rural no município de Bom Jardim – MA, como também visa refletir sobre a formação de professores como uma possibilidade de garantir a efetiva inclusão escolar do público-alvo da educação especial (PAEE) que segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva (PNEEPEI) de 2008 é constituído de “alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação”.



Vale ressaltar que na época da publicação desse documento, não se tinha o diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA), pois somente em 2013 que os transtornos gerais do desenvolvimento (TGD), o transtorno autista e o transtorno de Asperger passaram por uma fusão implementada pela Associação Americana de Psiquiatria (APA), no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) e com isso a nomenclatura atual para se referir a esse público é TEA (Oliveira, 2023).

No que cerne a formação de professores é necessário frisar que na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em seu artigo 59 pontua que:

“Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

[...] III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns (BRASIL, 1996).”

Diante disso que se justifica a importância da formação continuada de professores na perspectiva inclusiva, pois um profissional que não teve em sua formação inicial um estudo aprofundado sobre educação inclusiva tende a não compreender um aluno com necessidades educativas especiais (NEE) em seu processo de aprendizagem. Nesta perspectiva que deve ser constante as capacitações aos professores que estão em exercício em sala de aula, para complementar sua formação inicial como também romper com algumas atitudes e conceitos discriminatórios que são construídos historicamente e reverberados em sala de aula.

Como destaca Oliveira (2023, p. 120): “a profissão de docente exige uma gama de competências e saberes que ultrapassam a formação inicial desse profissional e que estão presentes o tempo todo no exercício diário da profissão”. Percebe-se que a formação docente precisa ser constante, para um fazer pedagógico que acolha as diferenças e contribua para o desenvolvimento de todos os alunos.

A postura do professor é imprescindível para que aconteça de fato a inclusão de alunos do PAEE, como afirma Oliveira (2023, p. 31) “devemos ter uma postura defensiva em relação ao direito que essas pessoas possuem de estudar numa escola regular e atitudes e concepções capacitistas nos afastam dessa defesa”. Nesse sentido é necessário desmistificar informações ultrapassadas e extinguir conceitos pejorativos no âmbito escolar, e esse posicionamento precisa vir de toda comunidade escolar, e é principalmente por meio de formações continuadas que esses entraves serão desconstruídos.



De acordo com Mantoan (2015, p. 56): "Formar o professor na perspectiva da educação inclusiva implica ressignificar o seu papel, o da escola, o da educação e o das práticas pedagógicas usuais do contexto excludente do nosso ensino, em todos os níveis". É assim que começamos a efetivar a inclusão de alunos do PAEE em salas de aula regulares, capacitando professores, mobilizando a escola, ressignificando esses papéis e reconhecendo as práticas que não contribuem efetivamente para o desenvolvimento integral de nossos alunos.

A ESCOLA DO CAMPO E SEUS DESAFIOS EM RELAÇÃO A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva tem como pressuposto a garantia do direito à educação que toda e qualquer pessoa tem, principalmente tratando-se de grupos que historicamente foram privados ou excluídos do espaço escolar. Esta perspectiva está alinhada à Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205 afirma que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988).

Observa-se que não é só permitir que a pessoa ocupe o espaço escolar, mas que tenha oportunidade de se desenvolver nos aspectos: pessoal, social, profissional, entre outros, que vão contribuir significativamente para sua vivência em sociedade. No contexto das escolas do campo, observam-se inúmeros desafios, alguns comuns a outras realidades educacionais, e outros específicos da localidade, influenciados por fatores culturais, econômicos e sociais.

No que se refere à formação docente, observa-se que, em muitos casos, os professores que atuam nas escolas da zona rural — especialmente nas localidades de difícil acesso — são os próprios moradores que tiveram a oportunidade de ingressar na docência. Para garantir a permanência no cargo, esses profissionais costumam buscar a formação mínima e mais acessível, representada pelo curso de nível médio Magistério. Por se tratar de um curso profissionalizante voltado à inserção rápida no mercado de trabalho, muitas demandas educacionais acabam não sendo plenamente contempladas, como é o caso da Educação Especial na perspectiva inclusiva.

Além da formação docente, o contexto socioeconômico das famílias e o aspecto estrutural das escolas do campo dificultam a efetivação de uma educação inclusiva de



qualidade, muitas escolas não têm o mínimo de estrutura para receber alunos com deficiência, não possuem salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e muitos pais não buscam terapias devido à distância e a falta de recursos financeiros.

Diante disso que se destaca a importância da efetivação da Educação Inclusiva nos espaços escolares do campo, pois muitas vezes é somente no ambiente escolar que muitos alunos terão acesso ao conhecimento, a oportunidade de se desenvolver, a garantia de sua cidadania, já que em outros contextos eles podem ser privados do que é considerado o mínimo (Mantoan, 2015). Essa situação é recorrente no que cerne as pessoas com deficiência, e tratando do contexto da zona rural principalmente, pois esse ambiente tende a reverberar resquícios de culturas capacitistas, que contribui para que as crianças com deficiência ou transtornos sejam taxadas como incapazes de aprender e se desenvolver enquanto cidadãos.

Portanto, a efetivação da educação inclusiva nas escolas do campo depende, sobretudo, do investimento na formação continuada dos docentes, da melhoria das condições estruturais das instituições e do fortalecimento de políticas públicas voltadas à equidade educacional. É necessário compreender que a inclusão vai além da presença física do aluno com deficiência na escola — ela envolve o reconhecimento de suas potencialidades, o respeito à diversidade e o compromisso coletivo com uma educação verdadeiramente democrática e transformadora.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O levantamento sobre os desafios da educação inclusiva nos espaços escolares do campo, contou com a participação de 15 professores, todos residentes em áreas rurais, especificamente da região sul do município de Bom Jardim - MA. Por meio de um questionário estruturado pôde-se observar que os desafios são diversos e as discussões sobre como enfrentá-los precisam ser constantes.

A maioria dos professores (93,3%) relatou enfrentar dificuldades para chegar à cidade mais próxima, deixando claro o quanto algumas localidades rurais são negligenciadas pelos órgãos competentes. No período da pesquisa, 73,3% dos professores afirmaram não ter acesso recorrente à internet, seja na escola ou em casa e isso dificulta bastante no processo de preparação da aula.

Quanto à formação, 66,7% possuem Magistério (nível médio), 26,7% graduação e 6,6% pós-graduação lato sensu, isso se dá principalmente pela localização que a maioria



dos povoados da região sul se encontram, lugares que muitas vezes em períodos chuvosos ficam isolados e devido a distância, muitos não tem acesso a ingressar no ensino superior ou até mesmo concluir a educação básica. Isso é muito prejudicial, pois como afirma Pletsch (2009): “podemos justificar a formação em nível superior como uma das medidas essenciais a serem tomadas para que ocorram mudanças educacionais efetivas”. Ou seja, o curso de nível médio por si só, não é suficiente para preparar bons professores, pois não atende as novas demandas educacionais.

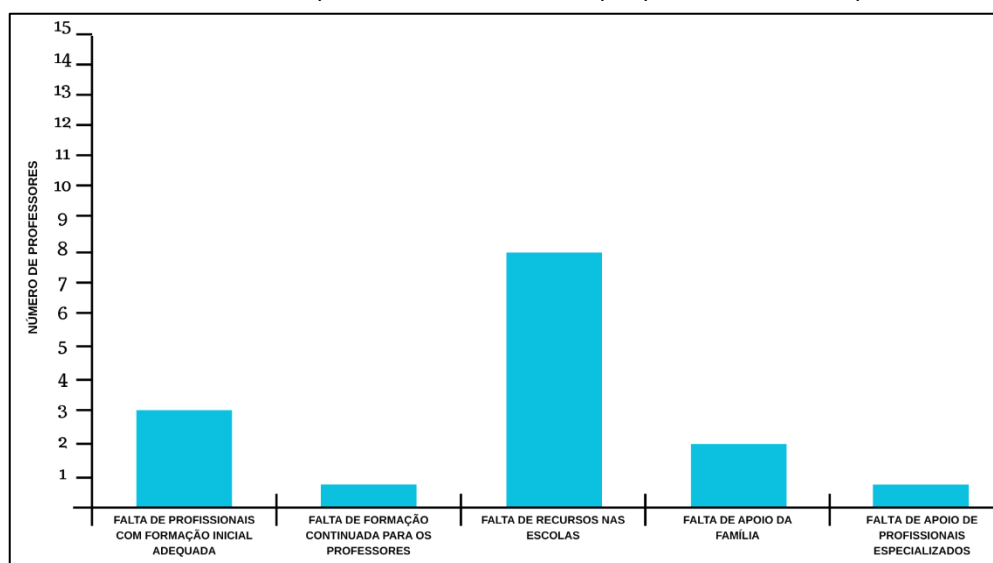
Em relação à capacitação, 40% já participaram de formações continuadas em educação inclusiva e 60% nunca participaram, o que impacta diretamente sua prática pedagógica, pois não se sentem preparados para trabalhar com crianças neurodivergentes ou com deficiência. Nesse sentido, como afirmam Libâneo, Oliveira e Toschi (2012, p. 46): “a formação geral de qualidade dos alunos depende da formação de qualidade dos professores”. A formação docente tem grande impacto na qualidade da educação; é necessário ter um olhar atento para o processo formativo do professor, especialmente daquele residente na zona rural.

Quanto à prática docente, 66,7% já trabalharam com crianças com deficiência, enquanto 33,3% não. Quando questionados sobre estarem preparados para atender alunos com deficiência, 60% responderam que não e 40% que sim. Como menciona Pletsch (2009): “avaliamos que o despreparo e a falta de conhecimentos estão diretamente relacionados com a formação ou capacitação recebida”. Ou seja, os professores se sentem despreparados por não possuírem embasamento suficiente para alinhar sua prática pedagógica.

No aspecto estrutural do contexto escolar, 93,3% afirmaram que a escola não é acessível para receber alunos com deficiência, 100% relataram não possuir materiais adaptados e nem sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE). A presença de profissionais de apoio também é limitada: 53,3% disseram que existe esse profissional na escola, que se configura como cuidador, mas em 20% dos casos a formação dele não é adequada.

Sobre os avanços na educação inclusiva, a opinião ficou a seguinte: 46,7% acreditam que não, enquanto 53,3% acreditam que sim. Com base na percepção dos professores os principais desafios estão a seguir:



Gráfico 1 - Principais desafios enfrentados por professores do campo

Fonte: elaborado pelo autor

Percebe-se, por meio deste gráfico, que a maioria dos profissionais sentem falta de uma escola com recursos necessários e com profissionais especializados que ofereçam suporte ao trabalho docente. Observa-se também que a ausência de formação inicial e continuada impacta negativamente o processo educativo, além de que, em alguns casos, as famílias não fornecem o apoio necessário, especialmente no que se refere às crianças com deficiência, seja por falta de recursos ou conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se, durante o desenvolvimento desta pesquisa, que a educação inclusiva, enquanto direito — principalmente em alguns contextos —, ainda é algo a ser plenamente alcançado. A população do campo, historicamente, já foi negligenciada de diversas maneiras e, no âmbito educacional, ainda enfrenta desafios para que o ensino seja de qualidade.

Diante dos dados apresentados, percebe-se a necessidade de políticas públicas voltadas à valorização e à formação continuada, à melhoria dos espaços escolares do campo e, principalmente, ao apoio de profissionais especializados para atender as crianças que, muitas vezes, não têm acesso a outras alternativas de tratamento.

O estudo contribui para que os olhares se voltem a esse público, composto por crianças e adolescentes do campo, buscando ampliar as pesquisas na área e, para além disso, atuar de forma prática em benefício dessa população.



Garantir uma educação de qualidade e inclusiva nos espaços escolares do campo é um compromisso coletivo que requer investimento, sensibilidade, valorização e ação por parte de todos os envolvidos — desde o professor da escola até o poder público.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: 2008.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 nov. 2024.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 1 nov. 2024

GIL, Antonio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. 4ª. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p. ISBN 85-224-3169-8.

LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. ISBN 85-224-3397-6.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?. 1. ed. São Paulo, SP: Summus, 2015. E-book. Disponível em: <https://plataforma.bvirtual.com.br>. Acesso em: 07 nov. 2024.

OLIVEIRA, Jáima Pinheiro de. Educação especial: formação de professores para a inclusão escolar. 1. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2023.

PLETSCH, Márcia Denise. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. Educar em revista, p. 143-156, 2009.

